



Representações sociais de "ser mulher militante": as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira

Social representations of "being a militant woman": the imbrications between generation and gender in women's militancy trajectory during the Brazilian military dictatorship

Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Flaviane da Costa Oliveira

Jaíza Pollyanna Dias da Cruz

Janaína Campos de Freitas

Débora Barbosa dos Reis

Thayna Larissa Aguilar dos Santos

Bárbara Gonçalves Mendes

Universidade Federal de Minas Gerais

Brasil

Resumo

Durante a ditadura militar (1964-1985), o Brasil presenciou um período de intensa repressão política e social. Os grupos opositores ao regime eram compostos majoritariamente por homens, mas a participação feminina não pode ser desconsiderada. Este trabalho buscou investigar elementos relacionados à representação de "ser mulher militante" no período, procurando compreender as repercussões das hierarquias de gênero presentes nesses espaços. Assim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com ex-militantes. As informações foram submetidas à análise de conteúdo, que evidenciaram as categorias temáticas: Entre novos e velhos militantes: negociando diferenças de geração e gênero; Atributos do "bom militante": liderança, intelectualidade e modelo de conduta; e, Ser mulher militante: entre a manutenção e a ocupação de novos espaços. Ao investigar as representações sociais de "ser mulher militante" e compreender as relações sociais e de gênero comuns às organizações esquerdistas, este trabalho oferece elementos para a compreensão de aspectos ainda pouco explorados sobre a ditadura militar.

Palavras-chave: psicologia social; gênero; mulheres; ditadura

Abstract

During the military dictatorship (1964-1985), Brazil witnessed a period of intense social and political repression. Groups that opposed the regime were composed mostly by men, but female participation cannot be disregarded. This work sought to investigate elements related to the representation of "being a militant woman" in the period, aiming to comprehend the repercussions of gender hierarchies in those spaces. Thus, semi-structured interviews were conducted with ex-militants. The data from the interviews were submitted to content analysis, which revealed the following thematic categories: Between young and old militants: negotiating differences of gender and generation; The attributes of a good militant: leading and being a role model and an intellectual; and, Being a militant woman: between the conservation and the occupation of new spaces. By investigating the social representations of "being a militant woman" and understanding the social and gender relations common to the leftist organizations, this work offers



elements to the comprehension of aspects yet to be fully explored about the military dictatorship.

Keywords: social psychology; gender; women; dictatorship

Introdução

Após cinquenta anos do golpe militar brasileiro, que em 1º de abril de 1964 depôs o então presidente João Goulart, muitas lacunas permanecem em aberto sobre esse período de transformações e violência.¹ Marcado por sucessivas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, como também pela gradativa e intensa repressão político-social aos seus opositores (Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012), a Ditadura Militar e suas marcas seguem vivas nas lembranças de muitos dos que viveram e lutaram naquele período.

Nos anos iniciais do regime militar brasileiro pós-1964, o autoritarismo ainda não institucionalizado não permitia distinguir as fronteiras entre o permitido e o proibido para aqueles que possuíam participação política de alguma natureza (Almeida & Weis, 1997; Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012). Com o fortalecimento das organizações e movimentos contrários à repressão, a população brasileira presenciou o "golpe dentro do golpe" com o endurecimento extremo do regime, através da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em treze de dezembro de 1968, vivendo, a partir deste momento, o que a historiografia consagrou como os "*anos de chumbo*" (Almeida & Weis, 1997; Kushnir, 2002). Após o AI-5, o governo decretou algumas medidas de caráter repressivo, como a suspensão de todas as garantias individuais e dos direitos políticos. Como consequência, a década de 1970, principalmente na primeira metade, foi marcada pela intensa perseguição aos grupos de esquerda, compostos majoritariamente por jovens (Almeida & Weis, 1997; Coimbra, 2000).

Esta juventude revolucionária compartilhou e vivenciou a mesma conjuntura histórica e o mesmo projeto: através da luta armada, derrubar o regime militar. Novos e velhos militantes² vivenciaram acontecimentos que estruturaram uma época e que proporcionaram representações que orientaram comportamentos desde então. Estas experiências comuns, relativas ao período ditatorial, foram compartilhadas coletivamente por uma geração (Abreu, 1997), além de serem vivenciadas de maneira singular. Por isso, as intensidades desses mesmos fatos marcaram de forma desigual os sujeitos, de acordo com os valores e as crenças partilhadas pelos grupos sociais aos quais pertenciam. Deste modo, contextualizar a

¹ Financiamento CNPq e FAPEMIG

² O termo "velho militante" deve ser compreendido nesse contexto como uma referência de respeito, reconhecimento e valorização dentro dos grupos de esquerda diante da experiência, capital político e conhecimento estratégico que estes "velhos militantes" tinham. Eles, em geral, desempenhavam papéis de liderança, ensinando para os mais jovens as fontes de conhecimentos e práticas do exercício político de oposição.



"vertente geracional" (Velho, 1994, p. 80) dessa juventude revolucionária se torna importante, pois, além de contestar o regime militar, este grupo atuou rompendo costumes e valores morais, assumindo novos arranjos socioafetivos (Abreu, 1997).

Alguns movimentos de contestação aconteceram ao longo do século XX no Brasil. Nos "Anos Loucos", entre 1920 e 1930, artistas e intelectuais brasileiros criticavam o modelo tradicional de casamento, lançando reflexões em relação ao divórcio, inspirados nos ideais de "amor livre" (Del Priore, 2006, p. 259). Durante a década de 1950, os chamados "Anos Dourados" (Bassanezi, 2004), houve uma (re)valorização do modelo tradicional de casamento e maternidade. A formação educacional das mulheres da época priorizava o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos voltados para a educação dos comportamentos (Bassanezi, 2004), a fim de capacitá-las para a função de "rainha do lar". Certamente tais princípios não foram amplamente aceitos pelas "moças" da época, que apesar de compartilharem o mesmo período histórico, vivenciaram de formas diversas suas relações sociais e afetivas. Percebe-se assim, que pessoas de uma mesma geração podem ter experiências geracionais diferentes.

A vontade e a coragem de transgredir iam de fumar, ler coisas proibidas, explorar a sensualidade das roupas e penteados, investir no futuro profissional, discordar dos pais, a contestar secreta ou abertamente a moral sexual, chegando a abrir mão da virgindade - e, por vezes, do casamento - para viver prazeres eróticos muito além dos limites definidos. De qualquer forma, seus questionamentos e contestações colocaram em perigo as normas de comportamento e contribuíam para a ampliação dos limites estabelecidos para o feminino (Bassanezi, 2004, p. 622).

Mesmo rompendo com certos valores, o não cumprimento do que era esperado socialmente de uma mulher causava repúdio e exclusão, evidenciando-se os limites da transgressão feminina.

Os "Anos de Chumbo" foram marcados pelas proibições e punições quanto ao questionamento dos princípios vigentes. Vaitsman (1994) pontua que a participação da juventude na política era um dos sinais da modernidade. Os estudantes que tomaram as ruas em 1968, contestando o sistema capitalista e o Regime Militar, vivenciaram um momento de revolução dos costumes, de tal modo que a participação de mulheres significava um rompimento com os códigos da época, entre eles os referenciais burgueses ligados à conjugalidade e à socialização feminina (Vaitsman, 1994; Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012). Porém, como assinala Ferreira (1996), a participação das mulheres na militância contra a Ditadura não tinha relação direta com o movimento feminista organizado, que no Brasil começa a se fortalecer na década de 1970. Naquele momento, ainda não se faziam de forma sistematizada reflexões sobre o lugar de subordinação, opressão e desigualdade entre homens e mulheres.



Ridenti (1990) e Abreu (2009) ressaltam que ao se exilarem em outros países, as mulheres militantes brasileiras começaram a ter contato com movimentos feministas. Neste sentido, destaca-se a constituição do "Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris", no qual problematizavam questões de gênero e suas imbricações com o sistema político capitalista, posições de classe e raça, e suas participações na militância (Abreu, 2009). Posteriormente, estabeleceram ligações com os movimentos feministas no Brasil, que datam da década de 1970, promovendo uma rede de denúncias à Ditadura Militar, "ênfatizando a situação das presas políticas [e] a condição da mulher no Brasil" (Abreu, 2009, p. 76).

Sistematizar e trazer à tona a história dessas militantes nos permite compreender a construção da identidade feminina por meio das experiências, marcadas por mudanças e continuidades. No entanto, se mudanças podem ser vistas no cenário público/político em relação à ação das mulheres, pouco se tem investigado sobre as implicações de ser mulher militante.

Acredita-se que a participação feminina nos movimentos políticos em oposição à Ditadura Militar, em um cenário social no qual a violência atingia a todos independente do sexo (Ferreira, 1996), foi um modo de resistir às imposições quanto ao lugar social da mulher, bem como o de contestar o poder vigente perpetrado pelo regime militar. Segundo Ferreira (1996), a participação de mulheres na militância política naquele período configurava-se em uma contravenção em relação a dois pontos específicos, já que as militantes estariam desempenhando um papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos, insurgindo-se contra o regime; e enquanto gênero, rompendo com o padrão social vigente. É importante mencionar que estas jovens foram socializadas em uma tradição de genitores que apresentavam como princípios a educação das filhas e a preparação delas para o casamento (Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012). Desta forma, como salienta Goldenberg (1997), entrar para a militância era introduzir-se em um mundo efetivamente masculino, em um momento em que ainda eram predominantes as concepções sobre o feminino que giravam em torno do casamento e da maternidade.

Entre as mulheres do período, a militância feminina foi também questionada e criticada. Algumas delas mantiveram o modelo tradicional feminino vinculado ao lugar de mãe, esposa e dona-de-casa. E quando da atuação no cenário público, uma parcela significativa apoiou e legitimou o regime, através da criação de movimentos como as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" (Ridenti, 1990, p. 03). Neste sentido, a participação feminina na militância política durante a Ditadura Militar Brasileira pode ser considerada como uma importante ruptura em relação aos papéis tradicionais de gênero vigentes na época. Porém, mesmo ocupando o espaço político e público, extrapolando-se a barreira do mundo privado, as mulheres militantes permaneceram historicamente em segundo plano ou na invisibilidade (Badinter, 1985; Perrot, 1989; Del Priori, 2006):



Utilizo a ideia de invisibilidade com o pressuposto de que as mulheres ocuparam uma posição percebida como secundária ou inferior no interior das organizações sendo "escondidas" com o rótulo de "mulher de", "companheira de" ou "filha de"... A história da esquerda brasileira foi, e é até hoje, escrita em torno das trajetórias destes "grandes homens" (Goldenberg, 1997, p. 352).

Algumas delas, inclusive, participaram da coordenação dos partidos, ainda que por um período de ausência de liderança - pelo dirigente estar na clandestinidade ou na guerrilha armada (Ridenti, 1990; Ferreira, 1996). Desta forma, é imprescindível apresentar relatos de mulheres que estiveram presentes nas lutas estudantis, partidárias e na luta armada do período, rompendo com a ideia socialmente construída de que a "mulher" deveria habitar apenas o espaço privado do lar (Badinter, 1985; Ferreira, 1996; Goldenberg, 1997).

A partir da percepção da diversidade de contextos nos quais a militância feminina se inseriu é que nos interessamos pelo estudo das representações sociais do "ser mulher militante" para mulheres que militaram no período de Ditadura Militar Brasileira. Ao investigarmos o tema da militância de mulheres por meio da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2009, 2012) estaremos lidando com formas de conhecimento popular que surgem para dar conta de um objeto social "novo" ou ameaçador, e, neste sentido, o rompimento de lugares tradicionais da mulher na sociedade pode ser visto como um fenômeno social que mobiliza relações diferenciadas entre os sujeitos, promovendo, assim, novas práticas.

Os fenômenos de representação social são saberes localizados em um determinado cenário, período histórico e grupo social, não se tratando de conhecimentos cristalizados, e sim de ideias em circulação e movimento nas conversações e práticas cotidianas (Jodelet, 2001). Desta maneira, uma representação social não é um conhecimento abstrato e geral, mas trata-se de um conhecimento popular e particular de um grupo social: "uma representação social é sempre representação de alguém e ao mesmo tempo representação de alguma coisa" (Moscovici, 2012, p. 27). Diante de uma realidade problemática que tenciona as relações sociais entre os grupos, os sujeitos serão impelidos a construção de um novo saber, um saber prático e materialmente ancorado na realidade social. Assim, através dos processos sociocognitivos denominados ancoragem e objetivação (Moscovici, 2012) as lacunas dos saberes anteriormente elaborados serão acionadas juntamente com atribuídos percebidos na realidade social, redefinindo práticas e modificando construções simbólicas.

Apesar da separação didática entre os mecanismos de ancoragem e objetivação, ambos costumam se desenvolver de forma simultânea, sem linearidade. O estudo destes mecanismos será um dos pilares da discussão que se pretende desenvolver, uma vez que nos interessa compreender como elementos estranhos da realidade - os novos lugares da mulher



nas organizações políticas - são incorporados nas discussões e práticas cotidianas dos grupos sociais em estudo.

A ancoragem representa a operação pela qual um objeto social desconhecido pode tornar-se familiar, no conjunto de categorias/conhecimentos disponíveis. A objetivação focaliza os elementos que compõem a representação social e o aspecto material destes; e através desta operação, torna-se real um esquema conceitual, ligando a palavra à coisa material, trazendo para a observação empírica o que era apenas inferência (Vala, 2004; Moscovici, 2009).

Desde a sua proposição inicial, a Teoria das Representações Sociais tem sido instrumento importante para a compreensão dos fenômenos e práticas sociais, e neste sentido, as representações sociais e as discussões relacionais de gênero são aportes privilegiados na aproximação do fenômeno aqui investigado.

A dimensão de gênero aqui empregada compreende que as hierarquias sociais estabelecidas entre os papéis destinados a homens e mulheres são construções sociais que atribuem práticas desiguais e determinam relações que são sustentadas em períodos históricos específicos, estando sujeitos a rompimentos e a continuidades (Rocha-Coutinho, 1994). Investigar, portanto, a participação da mulher no contexto histórico da Ditadura Militar pode nos oferecer informações importantes que colaborem para um entendimento mais geral da construção social da identidade feminina após este período.

Quando acessamos o conhecimento produzido pelas próprias militantes sobre o lugar que ocupavam e as diferenças impostas pelas hierarquias de gênero, estamos contribuindo para a compreensão de arranjos sociais que não são exclusivos daquele período histórico - a Ditadura Militar Brasileira - mas que ainda impregnam as relações sociais, diferenciando os comportamentos esperados de homens e mulheres nos espaços públicos e privados. Portanto, nossa iniciativa não se resume ao mapeamento de ideias socialmente construídas e atreladas a uma realidade social distante. Conhecer estas elaborações nos leva ao contato com questões ainda atuais - referentes à participação feminina nos espaços políticos.

Metodologia

Os dados analisados neste trabalho integram o banco de dados da pesquisa "Identidade, geração e gênero durante "os anos de chumbo": a memória de mulheres militantes sobre os impactos de sua militância na trajetória de seus familiares durante a ditadura militar" (Edital n. 20/2010), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O recorte apresentado nesse trabalho parte das experiências de militância de doze mulheres que, através da participação em organizações de esquerda entre 1964 e 1973, se opuseram à ditadura militar brasileira. Mediante o interesse e disponibilidade das



entrevistadas em participar da pesquisa e da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, foram realizadas entrevistas individuais em profundidade, orientadas por um roteiro semiestruturado, que norteou o entrevistador em torno das temáticas a serem enfocadas, não havendo nenhum compromisso em seguir uma ordem específica ou cronológica. O principal objetivo da entrevista foi que as entrevistadas falassem de suas trajetórias e contassem suas percepções sobre o que foi vivido.

O conjunto de entrevistadas revelou a presença de características comuns aos períodos diferentes de militância, o que possibilitou a divisão das entrevistas em dois subgrupos: a) primeiro período de militância: formado por sete mulheres que iniciaram a militância contra o Regime em 1964 e foram perseguidas/presas após o AI-5, todas ligadas a organizações de esquerda e/ou movimento estudantil universitário³; b) segundo período de militância: formado por cinco mulheres que iniciaram a militância em 1971, após o AI-5, ao entrarem na universidade, vinculando-se a um mesmo partido clandestino que atuava no movimento estudantil.

Quadro 1 - Caracterização das entrevistadas. Fonte: Elaboração dos autores.

	Nome Fictício	Local de Entrada na Militância	Período de Militância	Organizações políticas que participaram
Primeiro período de militância (1964-1968)	Suely	SP	1967-1970	POLOP, VPR, REDE
	Suzana	ES	1962-1968	JUC, AP, PCdoB, Movimento Estudantil
	Solange	ES	1962-1969	JUC, AP, Movimento Estudantil
	Sílvia	ES	1961-1973	PCB, PCBR, Movimento Estudantil
	Sonia	ES	1962-1971	JEC, JUC, AP, Movimento Estudantil
	Mariana	MG	1964-1980	JEC, AP, PCdoB, APML
	Sofia	SP	1962-1970	Movimento estudantil; PCdoB
Segundo período de militância (1971-1972)	Renata	ES	1971-1972	PCdoB, Movimento Estudantil
	Regina	ES	1971-1972	PCdoB, Movimento Estudantil
	Raquel	ES	1971-1972	PCdoB, Movimento Estudantil
	Rita	ES	1971-1972	PCdoB, Movimento Estudantil
	Rosane	ES	1971-1972	PCdoB, Movimento Estudantil

É importante mencionar que os nomes adotados neste trabalho são fictícios e não guardam qualquer semelhança com os nomes verdadeiros, nem com os codinomes utilizados pelas entrevistadas durante a militância.

³ As organizações políticas (mencionadas em siglas no quadro 1) as quais as militantes estiveram vinculadas foram: Organização Revolucionária Marxista de Política Operária (POLOP); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Rede Democrática (REDE); Juventude Universitária Católica (JUC); Ação Popular (AP); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Juventude Estudantil Católica (JEC); Ação Popular Marxista-Leninista (APML).



Os dados coletados nas entrevistas foram submetidos à Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2009), cuja função é obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens. Neste sentido, após a leitura exploratória e aprofundada das entrevistas, alguns temas surgiram como eixos que organizam as construções sobre o ser mulher e a militância no período, apresentando algumas das objetivações que sustentam as representações em circulação. Assim, o uso de categorias temáticas é um recurso que nos permitiu acessar a rede de representações sociais construídas sobre a participação política feminina no período. A análise das entrevistas aponta como as representações sociais da trajetória de militância dessas mulheres encontram-se entrelaçadas com as condições de gênero do período.

Resultados e Discussão

De forma geral, o confronto do conteúdo das diferentes entrevistas permitiu a reconstituição da trajetória coletiva de um grupo historicamente datado, trajetória esta que pôde ser fortalecida e reconstruída por cada uma das participantes e pelo próprio grupo das mulheres. Assim sendo, buscamos entrelaçar os resultados obtidos com a discussão teórica de gênero, articulada aos elementos da Teoria das Representações Sociais sobre o “ser mulher militante”, revelando a presença de três eixos temáticos apresentados a seguir.

1. Entre novos e velhos militantes

O cenário da ditadura militar contempla gerações distintas de militantes tanto em relação à faixa-etária quanto às experiências diferentes na trajetória militância, conforme as mudanças que estruturam cada momento do longo período ditatorial brasileiro. Ao situarmos questões relacionadas à geração de militantes, não procuramos realizar uma análise sociológica, mas sim apontar elementos que caracterizam as experiências vividas pelas diferentes gerações. Sendo assim, para congregarmos as militantes entrevistadas a partir do que elas viveram, apoiamos-nos em alguns conceitos de Manheim sobre geração, explicitados e organizados por Britto da Motta (2004). De acordo com a autora, Manheim define geração

... em vários momentos e etapas do seu trabalho, sempre acentuando seu sentido histórico: "...indivíduos que pertencem à mesma geração ... estão ligados ... a uma posição comum na dimensão histórica do processo social.", o que significaria uma predisposição para "...um certo modo característico de ação historicamente relevante. Embora esse seja o sentido básico de sua concepção, Manheim não desvincula geração e grupo de idade. Observando-se que o mesmo contexto social não afeta igualmente todos os indivíduos de um grupo de idade e vivência - classificado ou autoidentificado como



geração -, verifica-se que segmentos dessa geração podem assumir posturas e caminhos sociais diferentes, ou até opostos. É o caso de padrões ou de movimentos culturais que se manifestam diversamente na mesma época, ou de movimentos políticos, uns radicais outros conservadores, cada um reunindo indivíduos de idade aproximada num cenário social semelhante (Manheim, 1928, citado por Britto da Motta, 2004, pp. 350-351).

Ao caracterizar os militantes a partir de 1964, Trigo (1994) e Faria (1997) caracterizam esta leva de jovens militantes como a chamada "nova esquerda" ou esquerda armada, que se inseriram em organizações e dissidências de esquerda, convivendo, desta maneira, com os identificados "velhos militantes", os quais estiveram na luta de oposição desde os anos de 1930, passando pela ditadura no Governo de Getulio Vargas (1934-1945). Este foi o caso dos pais de nossas entrevistadas Sofia e Suely. Eles militaram durante a Era Vargas e desde então integraram o principal partido político de esquerda no Brasil, o PCB, o conhecido "Partidão", celeiro das diferentes referências de dissidências que se deram nos anos pós-1964. Neste período ocorreu uma articulação de militância entre a chamada "nova esquerda" e os militantes mais experientes - "velhos militantes".

Nessa trama entre "velhos" e "novos" militantes ocorreram situações de conflitos e embates geracionais devido às diferenças nas referências de valores e posicionamentos políticos e de gênero. Sofia relata a partir de sua condição de ser a primeira mulher militante jovem a ir para a Guerrilha do Araguaia, ter convivido com integrantes mais experientes, quase todos homens. Apenas uma mulher era da "velha" geração, líder e integrante da cúpula do partido, com quem Sofia teve alguns confrontos em relação aos comportamentos femininos esperados:

Eu pedi pra ir pro campo. [Na guerrilha do Araguaia] Tinha a [Dirigente] que era mais velha, (...) mas a primeira mulher mais jovem fui eu. Aí [a dirigente] me falou: "Vai depender muito do seu comportamento, porque senão, nós não vamos trazer mulher"... Aí eu falei assim: "Você fez essa recomendação aos homens?" (...) Ela falou assim: "Não...", sabe?! Enrolou... Porque eu falei: "(...) é o seguinte, a proposta é uma guerra popular, vai ter homem e mulher. Agora, se eu vou dar certo ou não, aí é um problema pessoal (...) eu não posso definir o destino da mulherada"(Sofia).

Por outro lado, a convivência entre estes dois grupos etário-geracionais foi importante para o aprendizado dos "novos militantes", que, por meio da troca de experiências de forma escrita ou oral, seja em cartilhas/manuais elaborados pelos partidos ou na vivência diária, adquiriram conhecimentos fundamentais para a luta e o enfrentamento contra o regime militar e para a sobrevivência neste período. Esta relação fica evidente no relato de Suely, ao dizer sobre a importância das experiências compartilhadas/construídas junto com os "velhos militantes":



Quem ensinou a fazer os aparelhos foram os partidos, a grande escola de militância foram essas! (...) Quer dizer, o pessoal que militava nos (...) partidos tradicionais, que viveram todas as clandestinidades, todas as épocas (...) de repressão, de opressão no Brasil, (...) faziam escolas... e os filhos históricos (...) desses militantes históricos, (...) faziam e aprendiam (Suely).

Conforme situam Biasoli-Alves (2000) e Negreiros & Féres-Carneiro (2004), a novidade não anula o existente, sendo as referências antigas fundamentais para a criação e transformação de modelos, não sendo, muitas vezes, abandonadas ou integralmente substituídas, mas permanecendo ativas com novas roupagens. A dinâmica das relações intergrupais revela que alguns elementos aproximam e outros distanciam os grupos de novos e velhos militantes. Além disso, mesmo que marcados por um mesmo evento histórico - a Ditadura Militar Brasileira - que pode favorecer uma identificação coletiva (Schmidt, 2001), o mesmo grupo etário-geracional pode apresentar experiências diferenciadas deste contexto. Tal movimento pode ser observado entre as militantes do período pós-1964 e pós-1968.

Após o golpe militar em 1º de abril de 1964, as transformações macrossociais, nos âmbitos político e social, anunciaram o início de algumas mudanças também nos cenários microsociais de atuação feminina. As mulheres que militaram no período pós-1964 tiveram a possibilidade de começar a conjugar outras formas de participação e inserção dentro e fora das organizações, a partir de elementos que vão progressivamente consolidar a relação com o feminino, entre eles: a carreira profissional, a igualdade na participação social e a independência financeira em relação aos homens (Goldenberg, 1997).

A seguir, partindo de um recorte geracional⁴, abordaremos um mesmo grupo etário-geracional - os "novos" militantes - que possuíam uma média de idade semelhante e iniciaram suas militâncias em um mesmo contexto histórico, no entanto, as trajetórias das mulheres militantes entrevistadas revelam a existência de dois contextos distintos de militância que se caracterizam por ações e relações que configuram diferenças na experiência política antes e após a promulgação do AI-5 em 1968 (Quadro 1).

Todas as mulheres entrevistadas que militaram no período entre 1964-1968 se inseriram em movimentos de oposição após o golpe militar em 1964. A partir desse marco, as manifestações de protestos contra a ditadura foram gradativamente mais expressivas e coletivas em termos de participação social de diversos segmentos que desembocaram nos grandes atos e manifestações sociais de 1968 que se espalharam pelo país (Ventura, 1988; Almeida & Weis, 1997).

As sete mulheres que integram este grupo iniciaram suas militâncias por meio do movimento estudantil secundarista (média de idade: 15 anos), três delas tiveram sua

⁴ De acordo com Ortega e Gasset (1923, citado por Schmidt, 2001) recorte geracional se equivale a um conjunto de indivíduos com idades semelhantes e que partilham de experiências sociais comuns.



inserção política no próprio ano em que se iniciou o período ditatorial (1964), enquanto as outras já militavam anteriormente. É notório na trajetória de vida dessas mulheres que todas elas passaram por um processo de formação intelectual para a militância por meio de alguma participação coletiva e institucionalizada. Seja através da influência de amigos/familiares de gerações anteriores de militância (Silvia, Sofia e Suely), ou mesmo pela atuação em movimentos religiosos/estudantis que tinham uma proposta progressista e politizada (Sônia, Solange, Suzana, Mariana): a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Estas inserções possibilitavam às mulheres deste grupo a aquisição de um grande capital político⁵ para assumirem lideranças ou atuarem junto às lideranças estudantis universitárias estaduais e nacionais. Seis entrevistadas estavam vinculadas ao movimento estudantil universitário durante toda a formação profissional. Em 1968, quando presas ou perseguidas pelo regime, elas possuíam, em média, cinco anos de militância (média de idade: 21 anos), já haviam completado o ensino superior ou estavam próximas de se formar. (Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012).

As cinco entrevistadas que compõem o segundo período (1971-1972) tiveram a primeira inserção na militância após o ingresso na universidade em 1971 (média de idade: 17 anos), sete anos após o Golpe Militar e três anos após a promulgação do AI-5 (1968), quando o aparato repressivo já estava institucionalizado e infiltrado na maioria das instituições sociais, principalmente as universidades. Não tiveram nenhuma formação ou participação política institucionalizada antes da entrada na militância. As cinco mulheres que compõem o grupo filiaram-se ao mesmo partido clandestino via participação estudantil e viveram um momento de militância no qual não havia mais a possibilidade da convivência coletiva para a formação político-ideológica, nem tão pouco para as ações de militância.

Nesse período, de 1970 a 1976, o Movimento Estudantil (ME), local ou nacional, estava desorganizado e não tinha possibilidade de atuação mais abrangente contra a ditadura, pois as principais lideranças nacionais estavam desarticuladas e/ou presas. Dentro de uma mesma universidade não existiam mais articulações e contatos entre os Centros Acadêmicos (CA) das faculdades, visto que a organização dos Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) estava proibida. Também não havia articulações externas entre as universidades. Esta condição de proibições e perseguições fazia com que poucos estudantes se arriscassem em candidaturas em função do quanto eram visados, vigiados e perseguidos pela repressão. As ações do ME se voltaram mais para a produção cultural estudantil do que para o confronto direto. Tal movimento fez com que a Lei da Imprensa implantasse uma censura prévia sobre a produção cultural estudantil, deixando claro que, embora mais pacífica do que o período

⁵ Como capital político, através de perspectiva de Bourdieu (1997), se entende que este seria “forma de capital simbólico, crédito firmado na *crença e no reconhecimento*, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa -ou a um objeto- os próprios poderes que eles lhes conferem” (p. 188).



anterior, as ações estudantis continuavam vigiadas e cerceadas (Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012).

Os relatos do grupo de militantes pós-1968 revelam as medidas de segurança utilizadas pelas organizações militantes por meio de uma estratégia organizacional estruturada através de um organograma hierárquico de funções em que os militantes da base, chamada de célula, desconheciam. Assim, seus encontros com os(as) companheiros(as) de partido só se davam entre os(as) militantes que pertenciam às mesmas células, formada somente por três pessoas em que somente uma delas tinha contato com um outro militante hierarquicamente acima, para lhe transmitir as orientações sobre as ações daquela célula. O contato com a liderança estadual do partido acontecia individualmente quando da entrada na organização. Essa estrutura fragmentava a comunicação e dificultava a formação e a articulação coletiva.

dos três [que formavam uma célula], um participava de um grupo acima. Não era eu, porque eu acabei durando pouco, só um ano. (...) poucas pessoas [do partido sabiam das pessoas que participavam] daí pra cima. Aí em um dado momento, você vai ter uma reunião com o chefe do partido, tinha um codinome, Zé. Então, reunião com Zé, era o chefe supremo. Por exemplo, é marcado um lugar que só era [você e ele]. (...) o Zé na realidade... fez uma coisa mais elaborada em torno do que é o partido, entendeu? É a pregação doutrinária mesmo (Raquel).

Neste sentido, eles(as) não tiveram condições de alcançarem posições mais elevadas ou de liderança no partido pois não se encontravam com outros militantes e não houve um momento para formação política e compartilhamento coletivo de estratégias e ações. Portanto, não podiam perceber as diferenças ideológicas, representacionais, comportamentais, de posicionamentos políticos ou de classe social existente entre elas. Estas diferenças só puderam ser comparadas na prisão, quando viveram coletivamente.

Com base nas reflexões de Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos (2012), o que queremos assinalar com os dados apresentados é que as entrevistadas, embora tenham militado em cenários políticos diversificados, evidenciaram o compartilhamento de uma dinâmica de interação grupal que se desenvolveu de forma semelhante dentro do que pode ser chamado o "grande grupo de esquerda", gerando uma maior diversidade de repertórios, motivações e trajetórias que caracteriza o exercício político de novos e velhos militantes, partilhando uma posição comum na dimensão histórico-social.

2. Atributos do "bom militante"

Esta categoria apresenta alguns elementos que compõem o núcleo figurativo das representações sobre o ser mulher e o ser militante no contexto da ditadura militar no Brasil, a saber: liderança, intelectualidade e modelo de conduta. Tais elementos funcionam



conjuntamente na materialização de atributos que sustentam as representações sociais de ser mulher militante.

Na trajetória das mulheres que entrevistamos, há uma diferença entre as que militaram antes de 1968 e as que iniciaram a militância em 1971 para além da determinada pela questão geracional. Dentre as militantes da década de 1960, nenhuma ingressou no partido, ou mesmo no movimento estudantil, conduzida por um homem. Pelo contrário, algumas já vinham de uma família militante e outras se filiaram ao partido apesar dos protestos familiares, tendo ações independentes e de destaque nas organizações. Situação diferente das mulheres que militaram após a instituição do AI-5, já que a grande maioria ingressa na militância por via dos companheiros afetivos, não tendo a oportunidade de ocupar posições destacadas ou de liderança. De certo modo, observa-se que estas mulheres criaram o seu próprio espaço de atuação, desenvolvendo certa autonomia, ainda que fosse vinculada à atuação de base do movimento.

Para Goldenberg (1997), existe uma estreita relação entre a militância masculina e a ocupação de posições por mulheres no interior das organizações. Nas entrevistas, é possível perceber que o capital cultural e político trazido pelas mulheres quando da sua entrada na organização lhes possibilitava a construção de relações de gênero mais igualitárias. Outros atributos, tais como, a capacidade de direção/liderança dentro do partido, eram naturalizados como características masculinas, e, uma vez apresentados por uma mulher, faziam com que esta fosse considerada "menos feminina". Observamos, portanto, a dificuldade de ancorar o comportamento apresentado no conjunto de saberes que caracterizavam o ser mulher:

Lembro de quando eu era do DCE no palco das grandes manifestações e eu dirigia a ação do movimento, né, de ação popular... por todas, eu me lembro que companheiro falava: "Eu fico pensando, você é o melhor companheiro de luta que eu podia ter. Você é o melhor companheiro de direção do DCE que eu podia ter, mas te digo uma coisa, você não é mulher!" (Mariana).

Discursar em público, influenciar multidões, tomar decisões, agir competitivamente, de acordo com Goldenberg (1997), são mais alguns elementos trazidos pelas militantes, como associados a uma militância masculina. Entre nossas entrevistadas, Raquel relembra algumas características do ex-marido de Renata, presidente do DA na época. Elementos que promovem a objetivação da representação social deste grupo sobre o bom militante:

[Ele] era carismático, gozado, se não me falha a memória ele até dava uma gaguejadinha. Mas fazia discursos que juntava "multidões". Até o povo de direita, assim, até os estudantes de direita, (...) as pessoas se juntavam pra ouvir ele falar. Ele era bem carismático, sabe?! (Renata).



Ainda que o trabalho intelectual fosse tido como fundamental para a atividade política, entre os militantes não havia muito espaço para questionamentos, e as preocupações diferentes das dos dirigentes partidários eram desconsideradas:

Quando eu tentava botar elementos de racionalidade na coisa, aquilo era rechaçado, as pessoas não consideravam a argumentação. E ainda por cima na ocasião começaram a dizer (...) que era melhor eles me afastarem das discussões, porque eu ficava contaminando a base, botando dúvidas nas pessoas... (Sonia).

Além da capacidade de liderança e oratória, o nível intelectual era um atributo diferencial e que permitiu a ascensão de muitas militantes, como relembra Suzana: "[as mulheres que ascenderam dentro do partido] tinham um nível intelectual de reflexão profunda das coisas, de compreensão de todo o processo...". Outra entrevistada, Sonia destaca, ainda, que só pôde assumir um cargo de liderança dentro do partido pela via do conhecimento:

eu era uma pessoa, por exemplo, que como eu lia muito esses textos marxistas, etc, e eu era talvez das poucas pessoas que tinha lido "O Capital", então eu tinha argumentos, e talvez seja por isso que eu tinha assumido a liderança (...) então eu era aquela pessoa que brigava pra gente ter uma atitude mais... de mais pé no chão. De se vincular à comunidade o máximo possível (Sonia).

Segundo Suzana, a competência e trajetória política de Sônia eram reconhecidas tanto pelos homens quanto pelas mulheres, o que favoreceu que a mesma se tornasse líder tanto do movimento estudantil quanto na Ação Popular (AP) em 69: "Ela era uma liderança decisiva, articuladora e tudo mais (...). E ela tinha uma vinculação com o movimento mesmo, com o partido e com o movimento proletário. Era uma coisa mais... mais comunista mesmo, uma coisa bem explícita, assim".

Outra militante, Renata, justifica sua própria capacidade de crescer dentro do partido - apesar de não tê-lo conseguido - pela postura firme e pela coragem com a qual desempenhou seu primeiro trabalho de base:

Eu achava que se uma pessoa que na primeira, no batismo de fogo [se remetendo ao seu primeiro trabalho de ação desempenhado dentro do partido], tem essa firmeza toda, tem essa presença de espírito, sai e chega lá na reunião e pergunta qual o próximo trabalho, é uma pessoa pronta pra ascender no partido (Renata).

Enquanto Mariana, líder na época, aponta alguns atributos considerados socialmente como naturalmente masculinos como responsáveis por sua ascensão:

era o fato de que enfrentava polícia, era o fato de que eu ia nas reuniões clandestinas até de madrugada, era o fato de que eu fazia... tinha atitudes, ações, posturas, que na época eram consideradas atributos unicamente masculinos! Não eram atributos femininos! (...) a mulher era pra ser mais tímida, a mulher era pra ser mais meiga, mais submissa, né, mais medrosa, certo? Características de (...) coragem, não sei que, não sei que, isso era masculino! (Mariana).



As falas das militantes revelam a dificuldade de articular elementos contrastantes de duas representações sociais - “ser mulher” e “bom militante” - para a construção de uma nova representação social de “mulher militante”, tendo em vista que tradicionalmente são os homens que detêm as características de um bom militante. Assim, os aspectos mencionados pelas entrevistadas quase sempre comparam as formas de atuação femininas e masculinas na militância política.

As dinâmicas narradas pelas entrevistadas reafirmam que o contexto histórico de 1964 a 1968 era mais favorável à ascensão de mulheres como nossas entrevistadas Sônia, Suzana e Mariana. Ao contrário do vivenciado por Renata, militante do período pós-1968. Ferreira (1996) e Abreu (1997) apontam que a participação minoritária das mulheres na militância era acompanhada pelo fato de que raramente ocupavam lugares de comandos nas organizações. O planejamento das ações, das táticas e as análises políticas eram tarefas masculinas nas quais as mulheres quase não tinham participação. Abreu (1997) acrescenta que a maioria das militantes eram estudantes, professoras ou tinham qualquer outra formação superior. Integrantes das denominadas camadas médias intelectualizadas, tinham, possivelmente, condições para desempenhar papéis mais destacados nas formulações políticas. No entanto, embora estas mulheres apresentassem socialmente condições intelectuais para sua ascensão na militância, faltava a elas possibilidades de rompimento com as hierarquias de gênero vigentes. Na análise das entrevistas, fica evidente que as funções femininas dentro do partido ficavam restritas, em grande maioria, aos trabalhos de base, como nos conta Renata:

em nenhum momento houve nenhum aceno de que ia ter ascensão. E claramentetava colocado isso, quer dizer, era... o... o forte de gênero, a discriminação de gênero tava colocada aí dentro do partido, ou calando a discussão com argumentos biológicos, ou não deixando a ascensão das mulheres. Mas isso já tinha, eu já tinha essa noção durante o momento que eu tava lá. Eu achava assim um absurdo eu não ascender. (...) eu não queria ser uma militante de base, eu queria ascender no partido. E isso nunca foi colocado pra mim (Renata).

Para militarem, as mulheres deveriam apresentar um modelo de conduta que era alvo da vigilância constante dos pares e das lideranças das organizações. Todos os militantes deveriam seguir normas que eram muitas vezes impostas pela organização política: *Teve umas coisas, depois eu comecei a tomar raiva. De tanto que eles impunham, impunham, eles estavam quase que me obrigando. Era uma pressão. (...) a aceitar o partido, aceitar as normas. E eu era meio revoltada.* (Rosane).

A vivência na militância levava estas mulheres a constantes conflitos identitários decorrentes desta realidade que contrariava, em muitos pontos, os elementos representacionais vinculados às imagens coletivas formuladas para o que é ser moça "direita" ou de família. Os comportamentos das militantes rompiam com algumas regras de recato que eram delas esperadas como trazido por nossas entrevistadas: *"Não podia ir ao*



barzinho, era proibido porque era mulher" (Sonia); "(...) eu já era chamada de subversiva, era uma pessoa que questionava" (Suzana); "(...) porque mulher, naquela época, não podia andar em bar, né, (...) não podia ficar assim... solta na rua, tinha que ser acompanhada e, no máximo, até 10, 11 horas da noite" (Rosane).

Rosane partilhava desses elementos representacionais e inicia sua militância temendo sofrer retaliações em seu meio social de convívio, pelo risco de ser identificada como "mulher comunista" ou "mulher militante". Esse foi um dos motivos pelos quais resistiu em se reconhecer como pertencente ao grupo de militantes com o qual estava envolvida: *"Então, outra coisa também que eu não gostava (...) era que as mulheres eram muito liberais. Pra mim, eram muito galinhas, muito piranhas"*. Por outro lado, à medida que interage na militância e convive com as outras mulheres, vai se identificando, reconhecendo e sendo reconhecida, criando, assim, um impacto crítico em relação às opções que estavam disponíveis, o que favorece a mudança nos elementos representacionais dos quais partilhava em relação ao ser "mulher militante".

Nesse sentido, Trindade (1996) argumenta que as representações "expressam e constroem o social, incorporando o desconhecido a partir do conhecimento pré-existente, condicionando e sendo condicionadas pelas práticas e pelas condições objetivas e subjetivas concretas dos sujeitos no cotidiano" (p. 51). Como refletido na fala de Rosane: *"tanto que tinha uma grande amiga minha, que (...) quando ela soube que eu era, né, que depois da prisão eu contei, ela falou assim: 'mas elas não são galinhas, são piranhas?' Eu disse: 'não, não são não!'"*. Assim, as representações sociais são conhecimentos dinâmicos e fluidos, entranhados nas práticas sociais em constante movimento, uma vez que estas são "articuladas dialeticamente com as condições de sua própria produção" (Souza & Trindade, 1990, p. 269).

3. Ser mulher militante

Segundo Trigo (1994), um elemento decisivo para a redefinição da estratificação de gênero foi a possibilidade de acesso das mulheres a um sistema educacional de segundo e terceiro graus em expansão. A autora indica que é possível afirmar que, sob determinado ponto de vista, essa alteração da posição feminina no campo social, com consequentes reflexos nas relações entre os gêneros, ocorreu em interação com outras mudanças socioeconômicas do período: "as mulheres entraram na universidade porque a classe média teve acesso a ela, verificando-se, portanto, um entrelaçamento das categorias de gênero e classe" (Trigo, 1994, p. 92). Assim, essa entrada na universidade pode ser entendida, ao mesmo tempo, como produto e produtora de mudanças nos comportamentos e nos códigos mais gerais de sociabilidade, o que fez com que fossem modificadas também as expectativas familiares e coletivas a respeito do lugar social a ser ocupado pela mulher. É interessante notar que as militantes entrevistadas, a partir de sua inserção no meio universitário,



ampliaram os seus espaços de socialização e ocuparam lugares públicos, mesmo em contextos em que não estava em questão a situação política do momento. Isto pode ser observado no relato de Sonia sobre o episódio em que o grupo de militantes arquitetou um plano para irem a um bar na capital capixaba, transgredindo a norma social que explicitava que aquele espaço era majoritariamente masculino: "*Invadir [o bar]. É isso que nós vamos fazer. (...) E fizemos isso, entramos. Quando a gente entrou foi um sucesso total. (...) Acabou. Acabou agora o monopólio. Que agora é homem e mulher tudo misturado...*" (Sonia).

A importância da instituição escolar, como um espaço para a participação política, contribuiu para a formação de sujeitos políticos (Tabak, 1983), ainda que, conforme ressalta Colling (1997), as mulheres tenham encontrado barreiras para se afirmarem como sujeitos políticos, já que a formação de sua identidade de gênero estaria atrelada ao espaço privado, e não ao domínio público. Assim, a entrada na universidade marca também a possibilidade de autonomia das mulheres, que além de novas formas de sociabilidade, passam a ocupar o mesmo lugar e a discutir assuntos que antes só cabiam aos ocupantes do espaço público. Nesse sentido, vemos a fala emblemática de Sonia, ao confrontar os colegas de faculdade que a questionavam sobre sua escolha em cursar engenharia, curso superior atribuído aos homens:

E eu me lembro quando meus colegas vinham (...) diziam assim: "poxa, mas você vai fazer, você tá pensando em fazer engenharia? Mas homem não gosta de mulher inteligente, não". Eu dizia assim: "ah, mas se eles não gostam de mulher inteligente (...) eu também não gosto [de homem que não gosta de mulher inteligente]. Então...estamos empatados (Sônia).

Trigo (1994) e Vaitsman (1994) analisam que nesse contexto, a escolarização superior possibilitou a abertura de espaços e a quebra de valores. Para uma família tradicional, como a de Mariana, a entrada na universidade e a mudança para uma capital significavam mais uma forma de quebra com o modelo clássico de feminilidade

"Terminei o [ginásio e magistério] e comuniquei a meu pai que eu ia fazer o vestibular, e meu pai deu um escândalo!!! Porque eu não tava trabalhando ainda! Morava na casa dele ... ele disse que universidade não era lugar pra moça de família" (Mariana).

Mesmo contra a vontade do pai que tinha a concepção de que o estudo para as filhas deveria se encerrar por ali, Mariana decidiu morar definitivamente em Belo Horizonte, tendo que passar a trabalhar para pagar seus estudos, o que também foi outra forma de ruptura (Rocha-Coutinho, 1994). Mariana entrou para o curso de Serviço Social na maior universidade privada de Belo Horizonte, e ali se tornou presidente do diretório acadêmico (DA) do curso, fortalecendo sua participação no movimento estudantil, além de entrar para um movimento político organizado, a Ação Popular (AP).



Compreender essa mudança nas formas de socialização e sociabilidade se torna relevante quando se percebe que neste momento histórico específico, configuram-se novas formas de conjugalidade, muito influenciadas pela ideia de "amor livre" acionada pela relação de Sartre e Simone de Beauvoir, além das transformações no ideal de virgindade dentro desses novos modelos conjugais, que passou também a ser amplamente criticado, já que estaria ligado a um comportamento pequeno-burguês (Vaitsman, 1994; Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012). Quando não havia um rompimento abrupto com determinados comportamentos ditos femininos, as mulheres encontravam formas de subverter de alguma maneira os padrões socialmente esperados, como nos mostra Silvia:

E, se nós tínhamos que romper com as estruturas burguesas, a primeira estrutura burguesa que eu queria romper era a estrutura do casamento. Eu tinha uma coisa contra o casamento, terrível! E eu fiquei muito chocada e falei com ele [namorado] "olha, não tá nos meus planos me casar. Se eu me casar, eu vou fazer que nem o Sartre e a Beauvoir, cada um vai morar na sua casa e cada um vai ter a sua liberdade, porque você deseja e você não prende o desejo de ninguém. E essa história de possessão, de que eu exijo fidelidade do outro pela vida eterna, eu não controlo o meu desejo e o outro também não controla o seu desejo. Pode acontecer ou não. Você não pode saber se você vai amar uma pessoa pela vida inteira" (Silvia).

Todas essas mudanças e processos em relação à conjugalidade, virgindade e liberdade sexual se desenvolvem com maiores elementos nos anos 1970, (Vaitsman, 1994; Sarti, 2004), com a discussão e fortalecimento das ideias feministas; mudanças que nos permitem compreender o panorama atual das relações de gênero e as novas configurações familiares e conjugais.

A partir da configuração geral dos espaços masculinos e femininos, encontra-se o campo de interação social com sua multiplicidade de planos e possibilidades, espaço de permanente transformação da identidade dos indivíduos. Para Velho (1994), nesse contexto, essa interação oferece o campo de possibilidades de que dispõem os atores sociais para elaborar e executarem seus projetos individuais e coletivos, ficando, assim, recuperados o potencial de transformação da realidade social e o espaço para uma possível negociação na construção de identidades sociais - nesse caso, especificamente a de gênero. Segundo Ferreira (1996), foi exatamente isso que fizeram as mulheres que militaram contra a ditadura brasileira, pois, ao alterarem sua atitude em relação a sua posição de gênero dentro do sistema sociocultural, também reconstruíram seu papel como atores políticos, em oposição ao código de poder imposto naquele momento.

Conclusão

A análise dos dados revelou que os elementos representacionais de "ser mulher militante" são fortemente influenciados pelas relações de gênero comuns ao período



histórico vivenciado pelas entrevistadas, sendo os atributos positivos da militância, em sua maioria, associados às características consideradas tipicamente masculinas. Deste modo, o “bom militante” é apresentado como aquele que ocupa posições dominantes dentro das organizações políticas de esquerda, participando da tomada de decisões e construção de estratégias de ação, sendo ativo em ações públicas. Para serem consideradas boas militantes e conseguirem maior espaço dentro das organizações, as militantes deveriam, portanto, possuir características naturalizadas como masculinas e negar sua individualidade em função do partido, e neste sentido, deveriam se adaptar a um modelo de atuação que reproduzia as hierarquias de gênero comuns aos espaços privados. Verificou-se, ainda, que muitas organizações mantinham a divisão sexual do trabalho, delegando às mulheres militantes atividades consideradas de menor importância e/ou menos perigosas, em comparação com as dos militantes do sexo masculino. Desta forma, as militantes ocupavam normalmente posições de base, ao contrário dos homens que ascendiam na hierarquia dos partidos.

É importante salientar que a militância das mulheres promoveu uma revolução dos costumes, das formas de participação política, e dos modelos de casamento, virgindade e afetividade, estes últimos tendo sofrido impacto direto decorrente das dinâmicas da clandestinidade. Tais mudanças se reafirmariam na trajetória política de mulheres de gerações posteriores e permanecem como questões ainda contemporâneas. As mulheres que entrevistamos romperam com a possibilidade de um único modelo feminino, o tradicional, no qual a mulher abdica de sua individualidade e projetos pessoais para investir nos projetos de casamento e família, e assim ensejarem novas possibilidades de atuação feminina nos âmbitos público e privado.

Referências

- Abreu, A. A. (1997). Quando eles eram jovens revolucionários: os guerrilheiros das décadas de 60/70 no Brasil. Em H. Viana (Org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais* (pp.181-205). Rio de Janeiro: UFRJ.
- Abreu, M. L. G. (2009). O feminismo do círculo de mulheres brasileiras em Paris. Em M. L. Q. Moraes (Org.). *Memórias da repressão militar e da resistência política* (pp. 47-89). (Coleção Ideias, 7). Campinas, SP: Unicamp.
- Almeida, M. H. T & Weis, L. (1997). Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. Em F. A. Novais & L. M. Schwarcz (Org.s). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (Vol. 4, pp. 320-408). São Paulo: Companhia das Letras.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1980).



- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (L. R. Antero & A. Pinheiro, Trad.s). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1977).
- Bassanezi, C. (2004). Mulheres dos anos dourados. Em M. D. Priori (Org). *História das mulheres no Brasil* (7a ed., pp. 607-639). São Paulo: Contexto.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 233-239.
- Bourdieu, P. (1997). *Capital cultural, escuela y espacio social* (2a ed.). (I. Jimenez, Trad.). México: Siglo XXI Editores.
- Britto da Motta, A. (2004). Gênero, idades e gerações. *Caderno de CRH*, 17(42). 350-351.
- Coimbra, C. M. B. (2000). Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicologia em estudo*, 5(2), 1-22.
- Colling, A. M. (1997). *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- Del Priore, M. (2006). Da modinha à revolução sexual. Em M. Del Priore. *História do amor no Brasil* (pp. 231-269). São Paulo: Contexto.
- Faria, L. (1997). *Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Ferreira, E. F. X. (1996). *Mulheres militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Gianordoli-Nascimento, I. F., Trindade, Z. A. & Santos, M. F. S. (2012). *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: UFMG.
- Goldenberg, M. (1997). Mulheres e militantes. *Estudos Feministas*, 5(2), 349-363.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. Em D. Jodelet. *As representações sociais* (pp. 17-44). (L. Ulup, Trad.). Rio de Janeiro: UERJ. (Original publicado em 1989).
- Kushnir, B. (2002). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago.
- Moscovici, S. (2009). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (6a ed.). (P. Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 2000).
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público* (S. Fuhrmann, Trad.). (Coleção Psicologia Social). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1961).



- Negreiros, T. C. G. M. & Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(1), 34-47.
- Perrot, M. (1989). Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, 9(18), 9-18.
- Ridenti, M. S. (1990). As mulheres na política brasileira: os tempos de chumbo. *Tempo Social: Revista de Sociologia*, 2(2), 113-128.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Sarti, C. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, 12(2), 35-50.
- Schmidt, J. P. (2001). *Juventude e política no Brasil: socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC.
- Souza, L. & Trindade, Z. A. (1990). A representação social das atividades profissionais do psicólogo em segmentos de classe média e baixa, na cidade de Vitória - ES. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 6(3), 267-279.
- Tabak, F. (1983). *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal.
- Trigo, M. H. B. (1994). A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. Em C. Bruschini & B. Sorj (Org.s). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil* (pp. 89-110). São Paulo: Marco Zero; Fundação Carlos Chagas.
- Trindade, Z. A. (1996). Representação social: "modo de conhecer" no cenário da saúde. Em Z. A. Trindade & C. Camino (Org.s). *Cognição social e juízo moral* (Coletâneas da Anppep, 6). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.
- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Vala, J. (2004). Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Org.s). *Psicologia Social* (pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Velho, G. (1994). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ventura, Z. (1988). *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.



Nota sobre as autoras

Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento é docente do Departamento de Psicologia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do núcleo de pesquisa "Memórias, Representações e Práticas Sociais". Coordenadora do Projeto "Sobrevivendo ao desconhecido: a construção psicossocial da memória e da identidade de familiares de militantes políticos durante a ditadura militar em Minas Gerais" (2013-2016) financiado pela FAPEMIG (PROCESSO APQ-01524-13). Contato: Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Antônio Carlos, 6.627, Campus Pampulha, Belo Horizonte-MG, Brasil. CEP: 31270-901. E-mail: fgian@uol.com.br

Flaviane da Costa Oliveira é mestre e doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (2011-2013) e bolsista de Doutorado pela CAPES, a partir de 2015. E-mail: flavianecoliveira@gmail.com

Jaíza Pollyanna Dias da Cruz é mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Mestrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (2011-2013), bolsista de apoio técnico (Bolsa BAT II) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG (2014-2016) no projeto "Sobrevivendo ao desconhecido: a construção psicossocial da memória e da identidade de familiares de militantes políticos durante a ditadura militar em Minas Gerais" (PROCESSO APQ-01524-13). E-mail: jaizacruz@gmail.com

Janaína Campos de Freitas é mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: jana_cfreytas@yahoo.com.br

Débora dos Reis Barbosa é graduanda no curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: deborabdreis@gmail.com

Thayna Larissa Aguilár dos Santos é graduanda no curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: thaynapsic@gmail.com

Bárbara Gonçalves Mendes é mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: baarbaragmendes@gmail.com

Data de recebimento: 21/05/2014

Data de aceite: 16/04/2015